



EDITORIAL



PORTE
P A G O

Ensino profissional

Nunca conseguimos detectar quaisquer proveitos convincentes (admitindo — a custo — que existam) entre os princípios que inspiraram a **acção política** determinante da exclusão do ensino técnico, consagrado aos grupos profissionais situados no grande espaço demográfico compreendido entre os que **sabem fazer nada** (cumpridos os preparatórios liceais) e os níveis superiores do conhecimento e da ciência, qualificados pela Universidade.

Pensamos, todavia, que, na vida material do País, o produto interno depende essencialmente das aptidões humanas que o realizam (em qualquer das hierarquias do trabalho) e for produzido por quem **pode e sabe fazer alguma coisa**: o que quase quer dizer que, quem apenas **sabe fazer nada**, não produz.

Este apontamento serve para enquadrar, nos comentários que se seguem, a nossa vocação para aguardar, com esperançosa e concordante perspectiva, a **reacção política** circunstancial, que se propõe orientar a habilitação profissional da grande maioria dos jovens portugueses, através da reposição do ensino técnico.

Pelo conteúdo vastíssimo das suas técnicas e especializações, a electrotecnia e a electrónica alcançam, no âmbito socio-económico da generalidade dos países, uma área de influência proeminente e progressiva.

Os operadores, os electricistas das instalações de baixa tensão, os montadores, os guarda-fios, os que manipulam e operam na área dos componentes e conjuntos electrónicos, os especializados em aparelhagem, máquinas eléctricas e telecomunicações, etc., incluindo os quadros técnicos intermédios e superiores, e, até, os que ocupam os graus cimeiros da investigação electrotécnica e electrónica são a legião dos que trabalham, por milhões, neste mundo vastíssimo da electricidade. Indiscriminadamente, classe por classe, a aptidão humana tem de ser competitiva, nas vias do desenvolvimento, a todos os níveis profissionais.

Se, no que respeita à investigação electrónica, o sector electrotécnico se qualifica entre as proposições privilegiadas em porfias e preocupações dos centros científicos do mundo actual, é evidente que cabe à multidão das outras classes profissionais do sector, na sua medida própria e valorizada pelo ensino adequado, responder à exigência da evolução das artes e ofícios que completam o desenvolvimento da actividade produtiva.

A indispensabilidade do ensino técnico profissional qualifica-se, ainda (e de que maneira) por constituir, na hora própria, a grande opção da juventude escolar pela profissão que lhe apraz e pode seguir, sem marcar passo naquela contingência inglória de não saber qual vai ser a via útil para a respectiva valorização pessoal. Com efeito, quem é habilidoso de mãos e consegue ser persistente em demorada aprendizagem com oficial competente, acaba por aprender a arte de electricista na generalidade das qualificações elementares do sector. Estes são, aliás, os que formam a maior falange de apoio interveniente no mercado de trabalho. Cabe-nos prestar homenagem muito justa aos que ultrapassam as situações subalternas da sua aprendizagem e as dificuldades de toda a ordem que atrasam a evolução da sua plena realização profissional.

A enorme missão a desempenhar pelo ensino técnico elementar (ou quase médio, ou médio, ou quase superior) consiste em dar o rumo certo à vida dos que procuram uma profissão possível que lhes preste. Abre-lhes as portas à capacidade pessoal competitiva que, **sabendo-se fazer nada**, é sempre difícil de alcançar; com os preparatórios liceais apenas, a esperança da nossa juventude, na sua enorme maioria, fica-se pela serventia nas lojas de bairro, ou — em classes privilegiadas doutro tempo — em colaboração subalterna e condescendida a custo, nos «stands» de compra e venda de automóveis.

F. do A.